SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05
NIRE 35 3 0001186 4

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- **Item 10 do Formulário de Referência - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia**
- **Proposta da Destinação do Lucro Líquido - anexo 9-1-II - Instrução CVM 481/09**
- **Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência - Eleição dos Membros do Conselho de Administração**
- **Proposta de Remuneração dos Administradores e informações do Item 13 do Formulário de Referência**

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. OS COMENTÁRIOS A SEGUIR REFEREM-SE ÀS 3 ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2013, 2012 e 2011 a Companhia registrou, respectivamente, prejuízo de R$ 61,1 milhões, prejuízo de R$ 43,1 milhões e lucro líquido de R$ 17,2 milhões. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R$ 1.834,1 milhões, R$ 1.230,9 milhões e R$ 1.258,7 milhões, nos mesmos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item "10.1.b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, era de R$ 3.711,9 milhões, representando um acréscimo de 31,45%, ou R$ 888,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2012, e acréscimo de 32,81%, ou R$ 917,1 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2011. Os lucros (prejuízo) apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram de R$ (61,1) milhões, R$ (43,1) milhões e R$ 17,2 milhões, respectivamente, e foram distribuídos juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nos montantes de R$ 25,5 milhões em 2011.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em suas receitas de dividendos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, aplicações financeiras e novos negócios.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2013 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens "10.1.d." e "10.1. f.".

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R$38,3 milhões, com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em julho de 2018, além de um contrato de mútuo com sua controlada Nemopar S.A., sediada no Uruguai, com saldo no valor de US$ 160 milhões e vencimento em setembro de 2020.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, mediante resgate de ações preferenciais.

Em abril de 2013, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, onde foi aprovado o aumento do capital social, de R$ 1.018,8 milhões para R$ 1.953,4 milhões, no montante de R$ 934,6 milhões, com adiantamento para futuro aumento de capital, mediante emissão de 17.605 mil ações ordinárias, 17.050 mil ações preferenciais Classe A e 7.290 mil ações preferenciais Classe B, todas nominativas, sem valor nominal, com os mesmos direitos e restrições das ações já existentes.

Em agosto de 2012, ocorreu a conversão de 405.569 debêntures em ações na controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de 110.591.272 ações ordinárias nominativas e 1.113.606 ações preferenciais classe "A", pelo valor fixado de R$ 4,00 para cada ação convertida, totalizando R$ 446.819 mil. Contabilmente o valor foi transferido de "Créditos a receber de partes relacionadas – Realizável a longo prazo" para "Investimentos – Permanente".

Em junho de 2012, a Companhia subscreveu na controlada Suzano Papel e Celulose 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações, pelo valor fixado de R$ 4,00 para cada ação, totalizando R$ 484,2 milhões. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

Em junho de 2011, a Companhia adquiriu 405.862 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, emitidas pela controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de R$ 432,0 milhões, remuneradas pelo IPCA mais juros de 4,5% a.a. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

Dividendos: no exercício de 2011 foi distribuído Juros sobre Capital Próprio e dividendos nos montantes de R$ 25,5 milhões.

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O prejuízo da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R$ 61,1 milhões, em comparação ao prejuízo de R$ 43,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, e um lucro líquido de R$ 17,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O principal fator que contribuiu para o prejuízo de 2013 e 2012 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente do prejuízo dessa controlada. Também em 2013 houve redução do resultado financeiro líquido, influenciado pela conversão das debêntures em ações da controlada Suzano Papel e Celulose, que diminuiu o valor dos juros registrado no exercício. Outro fator registrado em 2011 foi a elevação das despesas operacionais liquidas, principalmente as despesas de participação nos resultados e despesas de consultoria.

(em milhares de reais)

	Exercicios findos em 31 de dezembro		
	2013	**2012**	**2011**
Equivalência patrimonial	(20.661)	(24.297)	46.705
Despesas operacionais, líquidas	(36.065)	(44.973)	(47.712)
Resultado financeiro líquido (1)	(15.108)	20.944	10.132
Imposto de renda e contribuição social	10.757	5.242	8.064
Lucro líquido	(61.077)	(43.084)	17.189
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	(69.797)	(55.999)	7.465
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	1.280	4.870	5.703
	(68.517)	(51.129)	13.168
Nemopar S.A. e Nemopar Investimentos Ltd. (1)	47.856	26.832	33.537
	(20.661)	(24.297)	46.705

(1) Ganho sobre o investimento em moeda estrangeira, compensada com a perda financeira sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciados pela variação cambial, e registrado no resultado financeiro líquido.
A Companhia passou a ter controle direto na Nemopar S.A., após a dissolução da controlada Nemopar Investimentos Ltd. em 22 de junho de 2011.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, mediante resgate de ações preferenciais.

Em agosto de 2012, conversão de 405.569 debêntures em ações na controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de 110.591.272 ações ordinárias nominativas e 1.113.606 ações preferenciais classe "A", pelo valor fixado de R$ 4,00 para cada ação convertida, totalizando R$ 446.819.

Em junho de 2012, a Companhia subscreveu na controlada Suzano Papel e Celulose 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações, pelo valor fixado de R$ 4,00 para cada ação, totalizando R$ 484,2 milhões. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos acionistas.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos apresentados.

No parecer dos auditores foi incluído um parágrafo de ênfase relacionado às demonstrações contábeis da Companhia ressaltando que aqueles números não estão em conformidade com as normas do IFRS, exclusivamente pela aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, visto que de acordo com as regras do IFRS, estes investimentos seriam avaliados pelo seu valor de custo ou valor justo.

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Políticas contábeis críticas

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, grau de risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigí-las
Para auditar os resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre a auditorias internas e externas. Os serviços de auditoria externa foram prestados pela empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, com a qual a Companhia mantinha contrato desde 2004. Desde 1º de janeiro de 2012 os serviços de auditoria independente são prestados pela KPMG Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados com aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação. A área de auditoria interna, por sua vez, contribui significativamente para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas. Além disto, tanto o plano de auditoria, como o resultado das respectivas auditorias, são apresentados para a Administração da Companhia. Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente
Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, identificaram necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à Administração, sendo que tais recomendações não representam deficiências que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis da Companhia.

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Não aplicável.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Não aplicável.

10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos
A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia
Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação
Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não aplicável.

10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)
Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia
Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)
Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

PARA FINS DO ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

ANEXO 9-1-II

A Companhia apurou prejuízo no exercício em 2013. Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), as companhias que apurarem prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

PARA FINS DO ARTIGO 10 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

Informações dos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência, conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

12.6 Candidatos a administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Boris Tabacof
Idade:	85 anos
Profissão:	Engenheiro
CPF:	000.616.035-20
Cargo a ser ocupado:	Presidente do Conselho de Administração
Data de eleição:	30.04.2014
Data da posse:	30.04.2014
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	___
Eleito pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Claudio Thomaz Lobo Sonder
Idade:	71 anos
Profissão:	Engenheiro
CPF:	066.934.078-20
Cargo a ser ocupado:	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data de eleição:	30.04.2014
Data da posse:	30.04.2014
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Diretor Vice-Presidente Executivo
Eleito pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Edgar Gleich
Idade:	67 anos
Profissão:	Engenheiro
CPF:	184.011.558-00
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição:	30.04.2014
Data da posse:	30.04.2014
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2015

Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	___
Eleito pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Antonio de Souza Corrêa Meyer
Idade:	67 anos
Profissão:	Advogado
CPF:	215.425.978-20
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição:	30.04.2014
Data da posse:	30.04.2014
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	___
Eleito pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Marcos Sampaio de Almeida Prado
Idade:	63 anos
Profissão:	Administrador de empresas
CPF:	095.833.608-30
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição:	30.04.2014
Data da posse:	30.04.2014
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2015
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	___
Eleito pelo controlador:	Sim

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem conselho fiscal permanente. Nos termos do Art. 161, §2º, da Lei nº 6.404/76 e do Art. 28 do Estatuto Social da Companhia, o conselho fiscal será instalado pela assembleia geral a pedido dos acionistas, oportunidade em que serão eleitos os seus membros. Até a presente data, a Companhia não recebeu qualquer manifestação de seus acionistas neste sentido.

Diretoria:

Nos termos do Art. 142, II, da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, "b" do Estatuto Social da Companhia, os membros da Diretoria serão eleitos de acordo com deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, a qual ocorrerá após a eleição de seus membros na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 30 de abril de 2014.

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

A Companhia não tem comitês estatutários e não haverá eleição de comitês na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 30 de abril de 2014.

12.8 a) Currículos dos administradores indicados pelos acionistas controladores:

Conselho de Administração:

BORIS TABACOF, nascido em 28/07/1928, graduou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. O Sr. Boris Tabacof foi Secretário da Fazenda do Estado da Bahia de 1965 a 1970 (administrações de Lomanto Jr. e Luiz Vianna Filho) e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Salvador até 1970. De 1970 a 1975, foi Diretor Superintendente do Grupo Financeiro Safra e em 1989, foi eleito Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA. Entre 2006 e 2009 foi membro do Conselho de Administração da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Foi, também, *chairperson* do *Advisory Committee on Paper and Wood Products* da Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas em Roma, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores e Presidente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – "FIESP". Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, o Sr. Boris ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) em 1975 foi eleito pela primeira vez diretor de sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, tendo atuado como diretor de 1975 a 1988, (b) de 1988 a 1993, exerceu o cargo de Diretor Superintendente da Companhia, na época denominada Nemofeffer S.A., (c) de 2001 a abril de 2013, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (d) de 2001 a abril 2013, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração; (e) de 2004 a abril de 2013 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (f) de 1994 a abril de 2013, foi Diretor Executivo da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., nossa controlada e sociedade cuja atividade principal é a gestão e administração de imóveis, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da sociedade; (g) desde 1991, é membro do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais;; e (h) desde 2002, é membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; e (i) desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Polpar S.A. O Sr. Boris Tabacof atualmente também é: (i) membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA; (ii) membro do Conselho da Ação Comunitária do Brasil, associação de defesa dos direitos sociais; (iii) membro do Conselho de Administração do SEPACO - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja atividade principal é o atendimento hospitalar; (v) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF (Rio de Janeiro); e (vi) Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia da FIESP.

CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER, nascido em 25 de abril de 1942, graduou-se em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos da América. O Sr. Cláudio tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico. Entre 1983 e 1993 foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, o Sr. Claudio Sonder ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010, é Diretor Vice-Presidente Executivo e, desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) desde 2002 é membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose (sendo Vice-Presidente desde 2013), nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; desde 2006, é coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; e desde 2012, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose, sendo

responsável, respectivamente, pela (i) orientação geral dos negócios sociais; (ii) coordenação da assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (iii) assessoria relacionada à análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; e (iv) análise referente à distribuição da remuneração anual dos administradores; (c) desde abril de 2013, é Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) desde 2010, é Diretor da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; (g) desde 2011, é membro do Conselho de Administração da HES Participações S.A.; (h) desde 2011, é membro do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais. O Sr. Claudio Sonder atualmente também é (i) desde 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A., companhia aberta cuja principal atividade é o comércio através de lojas de departamentos e magazines; (ii) membro do Conselho de Administração do Grupo RBS S.A., companhia cuja atividade principal é a comunicação multimídia através de emissoras de televisão, rádio, jornais e portal na internet; e (iii) Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja principal atividade é o atendimento hospitalar.

EDGAR GLEICH, nascido em 11/08/1946, foi membro Suplente do Conselho de Administração de empresas do Grupo Klabin S.A., Gerente de Controladoria da Metal Leve S.A., Diretor da Falkenburg Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., Vice-Presidente do Conselho de Administração de Dixie-Toga S.A., Membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO e membro do Conselho de Administração da Cinemark S.A. Desde abril de 2013, é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia, e (ii) membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é Co-Fundador e atual Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto George Mark Klabin e Membro do Conselho Deliberativo do Hospital Albert Einstein.

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER, nascido em 13/08/1946, o Sr. Antonio Meyer é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho de Administração da Companhia. É sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Nos últimos 5 anos, atuou como: (i) desde 2013, membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A.; (ii) membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose; (iii) Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; e (iv) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados. Faz, também, parte dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP- FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

MARCOS SAMPAIO DE ALMEIDA PRADO, nascido em 23/02/1951, é graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade

é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho de Administração da MMC Automotores do Brasil Ltda. e da SVB Automotores do Brasil Ltda. e membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.

b) Os candidatos indicados pelos acionistas controladores para os cargos do Conselho de Administração da Companhia não estiveram sujeitos, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Candidatos a administradores e administradores da Companhia
Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia.

b) Candidatos a administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia
Suzano Papel e Celulose S.A. Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia e administradores de controladas diretas e indiretas.

c) Candidatos a administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia
Relações entre administradores e controladores da Companhia Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores da Companhia e controladores da Companhia. Relações entre (i) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia e (i) controladores diretos ou indiretos da Companhia Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., uma controlada da Companhia. Os Srs. Daniel Feffer e Jorge Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também, respectivamente, Diretor Presidente e Diretor Executivo da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., uma controlada da Companhia. Os Srs. Daniel Feffer, David Feffer e Jorge Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também, respectivamente, Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor da Premesa S.A., uma controlada da Companhia.

Os Srs. David Feffer e Daniel Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também, respectivamente, Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente da Nemopar Investimentos Ltd., uma controlada da Companhia.

d) Candidatos a administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

A Companhia não possui sociedades controladoras diretas ou indiretas.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

O Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, através da empresa Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial da qual é sócio, presta serviço de consultoria societária, fiscal e financeira à Companhia e empresas do grupo.

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, membro do Conselho de Administração da Companhia, é sócio co-fundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano Papel e Celulose S.A., sua controlada.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia

Não há relação subordinação, prestação de serviço ou controle entre os candidatos a administradores da Companhia e controlador direto ou indireto da Companhia.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R$ 2.750.000,00 (dois milhões e setecentos e cinquenta mil de reais) correspondentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R$ 32.250.000,00 (trinta e dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas. O montante proposto também contempla os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza estão incluídos nos referidos valores.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2014 e março de 2015.

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA

INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos.

Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima da média de nosso mercado de referência para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

Praticamos também, com relação à remuneração variável, a participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares*.

O programa tem por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem a uma maior integração de nossos executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deste elementos**

Conselho de Administração:
Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da empresa.

Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em *phantom Shares*.

Diretoria
Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável.

Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Há ainda o incentivo de longo prazo que, por meio de mecanismo de *phantom shares*, recompensa os executivos

pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisa conduzida por renomada consultoria especializada no tema.

Conselho Fiscal
Não há Conselho Fiscal instalado na Companhia.

Comitês
Não há Comitês na Companhia.

(ii) **qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Para o Conselho de Administração, 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa.

Na Diretoria, a parcela da remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego) na remuneração total corresponde a 40%, a remuneração variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) corresponde a 56% e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações) corresponde a 4%.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho de Administração são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da média deste mercado selecionado.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA de empresas controladas.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento acima da média do mercado selecionado, tendo como base pesquisa conduzida por consultoria especializada no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos

membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes aos valores e princípios éticos da empresa e esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração
Há membros do Conselho de Administração que também têm remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração.

Diretoria
Há membros da Diretoria com remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração e Comitês.

Conselho Fiscal
Não há Conselho Fiscal eleito para o período.

Comitês
Não há Comitês na Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.289.791,49	8.911.892,12	0,00	10.201.683,62
Benefícios direto e indireto	0,00	391.558,84	0,00	391.658,84
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	257.958,30	1.782.378,42	0,00	2.040.336,72
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.290.000,00	0,00	8.290.000,00
Participação de resultados	0,00	6.558.400,00	0,00	6.558.400,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.658.000,00	0,00	1.658.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	57.339,30	0,00	57.339,30
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	648.433,75	0,00	648.433,75
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há conselho fiscal	
Total da remuneração	1.547.749,79	28.298.102,44	0,00	29.845.852,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.188.747,92	8.213.725,46	0,00	9.402.473,38
Benefícios direto e indireto	0,00	360.975,89	0,00	360.975,89
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	237.749,56	1.639.344,15	0,00	1.877.093,71
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.030.000,00	0,00	7.030.000,00
Participação de resultados	0,00	5.871.320,00	0,00	5.871.320,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.406.000,00	0,00	1.406.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	52.847,28	0,00	52.847,28
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	984.876,99	0,00	984.876,99
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há conselho fiscal	
Total da remuneração	1.426.497,48	25.559.089,77	0,00	26.985.587,25

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.726.244,00	7.879.485,00	0,00	10.605.729,00
Benefícios direto e indireto	0,00	532.894,00	0,00	532.894,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	545.249,00	1.733.608,00	0,00	2.278.857,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.863.755,00	0,00	5.863.755,00
Participação de resultados	0,00	4.573.280,00	0,00	4.573.280,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.172.751,00	0,00	1.172.751,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	49.771,00	0,00	49.771,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	722.388,00	0,00	722.388,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há conselho fiscal	
Total da remuneração	3.271.493,00	22.527.932,00	0,00	25.799.425,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.726.244,00	7.826.444,00	0,00	10.552.688,00
Benefícios direto e indireto	1.619,00	430.794,00	0,00	432.413,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	545.249,00	1.565.289,00	0,00	2.110.538,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.508.659,00	0,00	6.508.659,00
Participação de resultados	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.301.732,00	0,00	1.301.732,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	864.823,00	0,00	864.823,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há conselho fiscal	
Total da remuneração	3.273.112,00	18.977.741,00	0,00	22.250.853,00

13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social corrente (encerrado em 31.12.2014)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	***5***	***6***	***0***	***11***
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	5.863.755,00	**N/A**	5.863.755,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	8.290.000,00	**N/A**	8.290.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	8.290.000,00	**N/A**	8.290.000,00
Valor efetivamente reconhecido	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	2.828.200,00	**N/A**	2.828.200,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	6.558.400,00	**N/A**	6.558.400,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	6.558.400,00	**N/A**	6.558.400,00
Valor efetivamente reconhecido	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**

Exercício social encerrado em 31.12.2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**5**	**6**	**0**	**11**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	5.863.755,00	**N/A**	5.863.755,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	7.030.000,00	**N/A**	7.030.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	7.030.000,00	**N/A**	7.030.000,00
Valor efetivamente reconhecido	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	2.794.000,00	**N/A**	2.794.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	5.871.320,00	**N/A**	5.871.320,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	5.871.320,00	**N/A**	5.871.320,00
Valor efetivamente reconhecido	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**

Exercício social encerrado em 31.12.2012

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**5**	**6**	**0**	**11**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	3.491.036,00	**N/A**	3.491.036,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	5.863.755,00	**N/A**	5.863.755,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	5.863.755,00	**N/A**	5.863.755,00
Valor efetivamente reconhecido	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	4.573.280,00	**N/A**	4.573.280,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	4.573.280,00	**N/A**	4.573.280,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	4.573.280,00	**N/A**	4.573.280,00
Valor efetivamente reconhecido	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**

Exercício social encerrado em 31.12.2011

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**5**	**6**	**0**	**11**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	3.202.248,00	**N/A**	3.202.248,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	8.438.399,00	**N/A**	8.438.399,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	8.438.399,00	**N/A**	8.438.399,00
Valor efetivamente reconhecido	**N/A**	6.508.659,00	**N/A**	6.508.659,00
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	0,00	**N/A**	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	360.000,00	**N/A**	360.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	360.000,00	**N/A**	360.000,00
Valor efetivamente reconhecido	**N/A**	300.000,00	**N/A**	300.000,00

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa).

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de ações fantasmas a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo comitê de remuneração (não estatutário), segundo as diretrizes e condições estabelecidas.

Anualmente, o comitê de remuneração estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações fantasmas aos seus beneficiários.

A determinação das quantidades de ações fantasmas a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia (SUZB5) negociadas nos últimos 90 pregões.

As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em (i) cumprimento de metas; (ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo comitê de remuneração em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; e (iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários, com aporte de mesmo valor pela Companhia.

São então outorgadas quantidades de ações fantasmas a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da Companhia (SUZB5) apuradas nos últimos 90 pregões.

Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes.

Depois de outorgadas, as ações fantasmas podem ser resgatadas em dinheiro pelos beneficiários desde que eles cumpram o prazo de carência estipulado (3 anos de permanência na Companhia).

b. principais objetivos do plano

Os programas de ILP são sistemas criados com o objetivo de:

i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;

ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;

iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e

iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

c. forma como o plano contribui para estes objetivos

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia, definidos anualmente pelo comitê de remuneração.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários versus este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (ações fantasmas) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise do comitê de remuneração, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting (carência) para as phantom shares, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável, uma vez que dada a modalidade de ações fantasmas, não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não há na Companhia plano de Opção de Compra de Ações.

h. condições de aquisição das ações

São elegíveis a este programa os Diretores estatutários da Companhia.

Anualmente poderão ser convidados colaboradores da Companhia para fazer parte do programa, com base em critérios de desempenho estabelecidos e validados pelo comitê de remuneração.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações fantasmas (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme inciso (iii) do item 13.4(f) acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasmas que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasmas, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasmas; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações fantasmas nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações fantasmas somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício, correspondente a cada *phantom share* (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

Pe = [VMA + (DIV+JCP)] x TRS, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

Assim, as ações fantasmas somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

k. forma de liquidação

Para as ações fantasmas, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

l. restrições a transferência das ações

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano de Incentivo de Longo Prazo em *phantom Shares* poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Presidência da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Conforme mencionado no item 13.4(f) acima, com relação às ações fantasmas: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasmas que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasmas, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasmas.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

COMPANHIA

		31/12/2013		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	**Tipo**			
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	0	38.500.407	N/A
	Ações Preferenciais Classe A	0	36.517.864	
	Ações Preferenciais Classe B	0	15.937.989	

CONTROLADAS

		31/12/2013		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	**Tipo**			
Suzano Papel e Celulose S.A.	Ações Ordinárias	0	6.839	N/A
	Ações Preferenciais Classe A	127.488	135.464.880	
	Ações Preferenciais Classe B	0	0	

		31/12/2013		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	**Tipo**			
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	0	93	N/A

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM

		31/12/2013		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	**Tipo**			
IPLF Holding S.A.	Ordinárias	0	297.050.625	N/A
	Preferenciais	0	3.483	

		31/12/2013		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	**Tipo**			
Polpar S.A.	Ordinárias	0	40.134	N/A

13.6 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações dos Planos de Ações Fantasmas (*phantom* shares) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasmas para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS Previsão para 31/12/2014

Órgão	Diretoria Estatutária			
Número de Membros	2			
Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	17.180	124.607	160.827
Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	8.832	17.180	124.607	160.827
Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga			
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			
Valor médio ponderado das ações fantasma:				
(a) em aberto no início do exercício social	R$ 9,00	R$ 9,00	R$ 9,00	R$ 8,94
(b) perdidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
(c) exercidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
(d) expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R$ 39,06	R$ 18,64	R$ 7,49	R$ 6,58
Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS Período fiscal com fim em 31/12/2013

Órgão	Diretoria Estatutária					
Número de Membros	2					
Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	160.827
Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	160.827
Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga					
Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga					
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas					
Valor médio ponderado das ações fantasma:						
(a) em aberto no início do exercício social	R$ 9,00	R$ 9,00	R$ 9,00	R$ 9,00	R$ 9,00	R$ 8,94
(b) perdidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
(c) exercidas durante o exercício social	R$ 9,00	R$ 9,00	R$ 9,00	Não Há	Não Há	Não Há
(d) expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R$ 39,06	R$ 15,11	R$ 23,86	R$ 18,64	R$ 7,49	R$ 6,58
Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS Período fiscal com fim em 31/12/2012

Órgão	Diretoria Estatutária				
Número de Membros	2				
Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011	01/03/2012
Quantidade de ações fantasma outorgadas	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607
Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga				
Prazo máximo para exercício das opções	6 anos após a data de outorga				
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas				
Preço médio ponderado de exercício das ações fantasma					
(a) das ações fantasma em aberto no início do exercício social	Nenhuma opção foi exercida no período				
(b) das ações fantasma perdidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi perdida no período				
(c) das ações fantasma exercidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi exercida no período				
(d) das ações fantasma expiradas durante o exercício social	Nenhuma opção expirou no período				
Valor justo das ações fantasma na data da outorga	R$ 39,06	R$ 15,11	R$ 23,86	R$ 18,64	R$ 7,49
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável para Ações Fantasmas				

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS Período fiscal com fim em 31/12/2011

Órgão	Diretoria Estatutária			
Número de Membros	2			
Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011
Quantidade de ações fantasma outorgadas	11.428	23.861	16.378	17.180
Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
Prazo máximo para exercício das opções	6 anos após a data de outorga			
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			
Preço médio ponderado de exercício das ações fantasma				
(a) das ações fantasma em aberto no início do exercício social	R$ 14,91	R$ 14,91	R$ 14,91	R$ 14,91
(b) das ações fantasma perdidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi perdida no período			
(c) das ações fantasma exercidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi exercida no período			
(d) das ações fantasma expiradas durante o exercício social	Nenhuma opção expirou no período			
Valor justo das ações fantasma na data da outorga	R$ 39,06	R$ 15,11	R$ 23,86	R$ 18,64
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável para Ações Fantasmas			

13.7 Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de Ações Fantasmas (*Ações Fantasma*) são apresentadas na tabela a seguir.

Não existem Ações Fantasmas, disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS Período fiscal com fim em: 31/12/2013

Órgão	Diretoria Estatutária	
Número de membros	2	
Em relação às ações fantasmas ainda não exercíveis		
Quantidade	302.614	
Data em que se tornarão exercíveis	01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	17.180 124.607 160.827
Prazo máximo para exercício	01/03/2017 01/03/2018 01/03/2019	17.180 124.607 160.827
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasma	
Preço médio ponderado de exercício	R$ 8,98	
Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R$ 8,98	
Em relação às ações fantasma exercíveis	Não havia ações fantasma exercíveis no fim do exercício	
Quantidade	8.832	
Prazo máximo para exercício das ações fantasma	01/03/2014	
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasma	
Preço médio ponderado de exercício	R$9,00	
Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R$9,00	
Valor justo do total das ações fantasma no último dia do exercício social	R$ 79.488,00	

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações dos Planos de Ações Fantasmas (*Ações Fantasma*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasmas disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em: 31/12/2013
Órgão	Diretoria Estatutária
Número de membros	2
Em relação às ações fantasmas exercidas	
Quantidade	42.835
Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R$ 9,00
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)
Número de ações	-
Preço médio ponderado de aquisição	-
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS Período fiscal com fim em: 31/12/2012

Órgão	Diretoria Estatutária
Número de membros	2
Em relação às ações fantasmas exercidas	
Quantidade	Não houve exercício em 2012
Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	-
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)
Número de ações	-
Preço médio ponderado de aquisição	-
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS Período fiscal com fim em: 31/12/2011

Órgão	Diretoria Estatutária
Número de membros	2
Em relação às ações fantasmas exercidas	
Quantidade	Não houve exercício em 2011
Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	-
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)
Número de ações	-
Preço médio ponderado de aquisição	-
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-

13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8

As informações divulgadas nos itens 13.6 a 13.8 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho Administrativo).

As notas explicativas do resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano de Ações Fantasmas

Por ser um Plano liquidado em caixa, a Companhia deve revisar o valor justo das ações fantasmas em toda divulgação de resultados. Conforme apresentado anteriormente, o valor justo é calculado pela média dos últimos 90 pregões da ação SUZB5 ponderada pelo volume negociado em cada data. Este valor é multiplicado pelo TRS observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

Nos planos de Ações Fantasma outorgados antes de 2013 deve ser obedecido o um limite mínimo de R$ 9,00 para o valor das ações fantasmas.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**5**	**6**	**0**	**11**
Nome do plano	**N/A**	**Suzano Prev**	**N/A**	**N/A**
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	**N/A**	**01**	**N/A**	**01**
Condições para se aposentar antecipadamente	**N/A**	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia**.**	**N/A**	**N/A**
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores(em R$)	**N/A**	1.095.660,97	**N/A**	1.095.660,97
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	**N/A**	52.847,28	**N/A**	52.847,28
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	**N/A**	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	**N/A**	**N/A**

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro: item não divulgado em razão do processo 2010.5101002888-5, movido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/RJ, instituição à qual alguns dos administradores da Companhia são associados.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2013	Exercício social encerrado em 31.12.2012	Exercício social encerrado em 31.12.2011
Diretoria Estatutária	51,15%	65%	63%
Conselho de Administração	61,10%	96%	96%
Conselho Fiscal	**N/A**	**N/A**	**N/A**

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2013	Exercício social encerrado em 31.12.2012	Exercício social encerrado em 31.12.2011
Diretoria Estatutária	**-**	**-**	**-**
Conselho de dministração	**1.054.000**	**615.656**	**615.656**
Conselho Fiscal	**-**	**-**	**-**
TOTAL		**615.656**	**615.656**

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

Exercício Social 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	256.000	7.684.168	-	7.940.168
Sociedades sob controle comum	306.324	1.666.308	-	1.972.632

Exercício Social 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	170.978	7.684.168	-	7.855.146
Sociedades sob controle comum	630.804	1.199.054	-	1.829.858

Exercício Social 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	141.547	3.774.998	-	3.916.545
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.